



Número: **0044348-08.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 29ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **31/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.606,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
UEDSON FRANCA GOMES (AUTOR)		EWERSON VILAR DE LIMA (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
56167055	07/01/2020 11:37	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 29ª. VARA CÍVEL DE RECIFE - PERNAMBUCO

UEDSON FRANCA GOMES

--

Já devidamente qualificado, por seu advogado infra-assinado, nos autos da Ação que promove contra CIA EXCELSIOR, vem, tempestivamente, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, para suprir a omissão existente na Sentença dos autos, pelas seguintes razões:

1. PRELIMINARMENTE - DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS PARA INTERPOSIÇÃO DO PRESENTE EMBARGO DECLARATÓRIO:

Da Tempestividade:

Atendidos os requisitos extrínsecos, o presente Recurso merece ser conhecido.

2. DO CABIMENTO DOS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DA OMISSÃO DO DOCUMENTO ACOSTADO AOS AUTOS:



Tem pleno cabimento e admissibilidade a interposição de Embargos de Declaração, no presente caso, quer na hipótese de prequestionamento, e, sobretudo, máxime, aos efeitos infringentes, modificativos da decisão embargada, tendo em vista que o Art. 1.022 do NCPC permite a modificação do julgado nos casos de omissão e contradição e do manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Inicialmente, ressalta a embargante, inobstante desnecessário dado à notoriedade do conhecimento desse MM. Juiz, a justificativa para o recebimento e consequente provimento dos presentes embargos, valendo transcrever, neste sentido, o Art. 535, do CPC:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

*I — esclarecer **obscuridade** ou eliminar **contradição**;*

*II — suprir **omissão** de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;*

*III — corrigir **erro material**.*

Parágrafo único. Considera-se **omissa** a decisão que:

I — deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II — incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.

Outrossim, no ordenamento jurídico brasileiro, a construção pretoriana integrativa vem assegurando a possibilidade dos embargos declaratórios serem acolhidos para modificar o resultado do julgado anteriormente proclamado, em caso de omissão. O que, certamente, findará por ocorrer.

Tal incorreção prejudicou sobremaneira o **embargante**, que não obteve a tutela jurisdicional da forma peculiar a prestada por este Juízo, não restando outra alternativa senão a interposição do presente recurso, para a correção do julgado nos ditames da legislação vigente, que deve ser observado pelo Preclaro Julgador.

Certo é que, farta são a doutrina e a jurisprudência no sentido de que **a omissão, contradição ou manifesto equívoco** no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, **é corrigível através dos embargos declaratórios**.

Em sendo assim, acredita a embargante que justificado se encontra o cabimento dos presentes embargos declaratórios para modificação, *data venia*, do julgado embargado, face os fatos e fundamentos a seguir expostos.



VEM DESTACAR, CONFORME PERICIA O AUTOR TEM DIREITO AO VALOR TOTAL DE 1.687,50, RECEBIDO 50% NA VIA ADMINISTRATIVA O VALOR DE 843,75, CABE AO AUTOR AINDA RECEBER O VALOR DE 843,75, REQUERENDO NESSE MOMENTO QUE SEJA SANEADA O EQUIVOCO DESTE JUÍZO NO CALCULO ELABORADO NA SENTENÇA.

RECIFE 07 DE JANEIRO DE 2020.

EWERSON VILAR DE LIMA

OABPE28570

